

COMEMORAÇÕES: UM BRINDE AOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS CELEBRATIONS: A TOAST TO CULTURAL HERITAGE

Renata Valério Pova Curado
Mestranda em Memória Social-UNIRIO
E-mail: renatacurado@hotmail.com

Resumo: O texto reflete o conceito de patrimônios culturais intangíveis. Uma aproximação entre estes e as comemorações. Como as mesmas podem ser estratégias positivas de permanência e resistências de algumas culturas de modo que estas exerçam força na construção de uma nação democrática em sua diversidade cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Festivais. Resistência.

Abstract: The text reflects the concept of intangible cultural heritage. A rapprochement between them and the celebrations. How it can be positive strategies of permanence and resistance of some crops so that they exercise force in building a democratic nation in its cultural diversity.

Keywords: Cultural heritage. Festivals. Resistance.

Patrimônio e a nação

A ideia de Patrimônio surgiu pós-Revolução Francesa, quando o povo entusiasmado pela vitória da luta política armada, que resultou na queda da monarquia e do clero, e vivenciando o desejo rebelde de destruição de tudo que remetesse a este passado absolutista, manifestou a vontade de destruir obras de arte, bibliotecas e construções diversas. Em contra partida surgiu por parte de intelectuais a ideia de preservação de uma herança que não era só regional, mas sim, dizia respeito a toda a história evolutiva do país nas artes, religião e ciências. Quando se teve o plano de preservar surgiram as políticas de patrimônio. Não se poderia perder uma Monalisa, escritos de Molière ou Victor Hugo. Regina Abreu explica:

A noção de Patrimônio afirma-se em oposição à noção de Vandalismo. Desencadeia-se uma mobilização salvacionista de obras consideradas imprescindíveis para a nação [...]. Visando conter o fanatismo provocado pelos ânimos revolucionários, são promulgados alguns decretos em defesa do Patrimônio público (ABREU, 2007, p. 267).

Patrimônio na cultura ocidental é entendido como bem a ser preservado, o que resta de importante das produções humanas de determinada época e que deve ficar para a posteridade. Formando assim uma identidade nacional de unicidade nas artes, na história, na literatura e na formação da memória social.

Chuva (2009) aponta que a palavra patrimônio nos dicionários do início do século XX significavam herança paterna e bens de família. Mas hoje em dia vê-se uma amplificação dessa noção, que mantém sua característica essencial de bem passível de posse, mas inclui agora, não só os bens de valor econômico, mas também os imateriais, de valor simbólico.

Do século XVIII até o início do século XX o patrimônio material era a única fonte de preocupação de estudiosos e estadistas. As grandes construções passaram a entrar em processos de cuidados especiais. Com o tempo surgiram as leis de tombamento. A França foi percussora, dando o ponto de partida para que se chegasse essa noção ao Brasil.

Aqui os cuidados e tombamentos se iniciam com as cidades consideradas históricas por sua importância arquitetônica e artística devido às amplas construções do período colonial. São criados institutos como SPHAN que mais tarde foi transformado no Iphan. Neste período só recebia atenção os patrimônios chamados de “pedra e cal” e as obras de arte, como esculturas e quadros. Depois, já no século XX com a entrada dos folcloristas (estudiosos das lendas, danças e costumes de grupos regionais brasileiros) os patrimônios imateriais começam a ser discutidos. Também ocorre nessa época a Semana de Arte Moderna, onde debates são levantados por intelectuais como Mario de Andrade e Tarsila do Amaral, sobre arte, cultura e história brasileira. Um dos objetivos era construir o ser nacional a partir de ideias de autenticidade e brasilidade. Regina Abreu nos atenta:

Há de se registrar ainda, no final do século XIX e início do século XX, alguns nomes precursores do que hoje chamamos de “patrimônio intangível ou imaterial”, figuras muito atuantes no campo literário e que se dedicaram a registrar um conjunto de manifestações locais e regionais em desaparecimento, tais como lendas, contos, poemas, festas e celebrações. (ABREU, 2007, p. 270)

Percebe-se assim que a formação do conceito de patrimônio cultural vai de encontro com as representações de diversas culturas de forma intangível. Atividades

como a dança, o canto, os rituais, as narrativas e o saber-fazer que fazem parte do repertório tanto das culturas ditas tradicionais quanto das culturas de massa.

Essas expressões culturais são formas de entender o mundo, de organizá-lo e de representá-lo. Meios de festejar, manifestar o luto, representarem ritos de passagem e simbologias. Também no ato de contar e recontar histórias, os grupos atualizam seus mitos, crenças e fruição da vida. Além disso, possuem forte caráter político já que dialogam com as funções sociais de cada membro do grupo e as relações e decisões internas através de significantes e significados neste contexto de internalização das experiências.

Tendo em vista a importância inquestionável dos patrimônios culturais para a ideia de cultura e nação em sua diversidade de manifestações culturais, suas peculiaridades, presença e riscos de desaparecimento, se coloca a questão de como estimular a preservação das vivências culturais e apoiar os grupos tradicionais sem homogeneizá-los, rotulá-los em esferas vazias e midiaticizá-los de forma superficial, ao mesmo tempo mantendo o diálogo muitas vezes necessário com o mercado, os mundos no entorno e a permanência da essência somada à capacidade de ressignificação.

Comemorações: a memória cultural dançada e cantada.

As comemorações são momentos extra-cotidianos em que é possível que grupos culturais alternativos se apresentem, se conheçam, troquem informações, afetos e histórias de resistência.

Sabe-se que a cultura de massa possui grande divulgação e sua estética faz parte de um grande ciclo de acesso e consumo. Dessa forma a discussão não caminha em termos de qualidade e/ou a importância social desses bens culturais, mas sim da acessibilidade que umas expressões culturais têm, enquanto outras essenciais para o fortalecimento de nossa diversidade cultural, porém silenciadas, vivem em estado de exclusão.

Os bens imateriais das culturas tradicionais (vivas por minorias de hábitos ligados a ancestralidade que geralmente vivem à parte da sociedade moderna e lutam pela existência de seus costumes, por exemplo: povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos) não recebem divulgação midiática, ficando geralmente isolados em suas atmosferas. Por isso o estímulo à permanência das comemorações alternativas, que não recebem atenção por parte da memória oficial, como

estratégias de possibilidade de vivências desses bens artísticos e patrimoniais de tão rica importância na formação cultural e humanística de toda a nação.

Um festival cultural é um evento que envolve festa, debates, discussão política e rodas de conversas. Uma união de ações para demonstrar certas manifestações culturais em um determinado lugar e tempo.

Do local para o universal será feita uma breve análise do **Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros** - Uma celebração de cores, sons, etnias, sotaques, línguas, expressões artísticas e modos diferentes de compreender a arte, o mundo e a cultura na Vila de São Jorge, município de Alto paraíso em Goiás. São grupos indígenas, quilombolas e camponeses apresentando suas danças, cantos e rezas. Além disso, o **Encontro** possui momentos de debate sobre os direitos fundamentais e as sobrevivências desses grupos sociais. Entre os eixos temáticos estão a sociobiodiversidade e a troca de saberes.

A intenção é uma análise mais específica de como uma comemoração pode ser um meio de possibilidade de acontecimento de experiências com patrimônios culturais imateriais.

Entende-se aqui esta comemoração como "*lugar de memória*" na concepção de Pierre Nora (1984) onde os patrimônios culturais são vivenciados no "aqui e agora". O **Encontro** promove momentos de intercâmbio cultural entre os povos tradicionais e os visitantes. Nestas situações todos os grupos obtêm visibilidade.

O **Encontro** acontece durante 15 dias na região norte do estado de Goiás. Teve início há 15 anos e sempre primou por ser um espaço de visibilidade das culturas tradicionais regionais. Nele vão os Quilombolas Kalunga (remanescentes dos Quilombos do sertão goiano) apresentar suas manifestações religiosas, dança e canto. Os trabalhadores rurais da região, que representam festas religiosas típicas como a folia de reis e congadas; e algumas etnias indígenas como os, Krahô, Funilô, Kayapos, Karajas e Xinguanos, que apresentam suas danças, cantos e ritos que podem ser expostos ao público.

Com o tempo e o crescimento do festival surgiu a Aldeia Multiétnica (um "braço" do festival destinado à interação entre os povos indígenas, quilombolas e o público) onde esses passaram a se encontrar para trocar experiências entre si e os moradores da cidade. Lá cada ano uma etnia é anfitriã, recebendo os parentes e construindo as moradias temporárias do evento. Este é um espaço de interações de

danças circulares, momentos de sociabilidade, alimentação conjunta, troca e venda de artesanatos, entre outras experiências do convívio.

Os relatos dos participantes do festival são muito promissores, o que indica como esse tipo de festividade pode ser transformador na experiência de quem o conhece. Tanto das pessoas das comunidades tradicionais que se apresenta, quanto dos habitantes de grandes cidades que lá vão e descortinam um mundo novo com os povos tradicionais, na descoberta dos seus complexos e sofisticados fazeres artísticos e ritualístico-religiosos.

As sabedorias tradicionais são passadas em oficinas durante o festival, vinculadas ao saber fazer, com ensinamentos de remédios naturais e bioconstrução dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

São saberes e memórias, que não se encontra em livros, escolas e mídias. Sendo ignorados pela maioria das pessoas. Os participantes do evento compartilham de momentos de pintura coletiva com as etnias indígenas, trocam informações e vivenciam atividades lúdicas no campo da sensibilidade. São dias de pura festa para os olhos, ouvidos, mente e alma.

O **Encontro** se coloca como um espaço de liberdades de oportunidades. Nora (1984) dizia que no tempo em que vivemos os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, por isso uma das questões da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado e o sentimento de pertencimento a um grupo; a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; a memória e a identidade.

Dessa forma entende-se o **Encontro** como um lugar de memória onde se sacraliza o momento, trazendo a tona o que já se perdeu na cultura ocidental urbana, mostrando que apesar das tentativas de apagamento cultural dos meios oficiais, os grupos minoritários resistem em sua arte e expressões culturais para além dos constantes massacres.

Os visitantes em contato com os participantes do **Encontro** possuem uma chance particular e especial de trocarem, de aprenderem com esses povos. É no lugar do sensível, do afeto e do humano que o **Encontro** se dá.

Estas festividades mantém a ideia já muito antiga de reunião, de encontro, de feira, lugar de vendas, trocas e debates políticos. Conforme destaca Cavalcanti, os festivais constituem-se em “momentos críticos de experiência e elaboração de formas diversas de estar na história e na modernidade” (2002, p. 37). Os

espetáculos também guardam vínculos com a organização social de suas competições, estabelecendo relações diversas com as cidades que os promovem.

Como para Benjamin (1984) nas ruínas está o fim e ao mesmo tempo a reconstrução imaginativa, na formação do patrimônio cultural está o dualismo do que se deseja ser e do que se é. Na busca do entendimento e vivência, este se atualiza, é trazido para o universo do real, para o tempo de hoje.

Quando se cria formas para argumentar e experimentar o real acontece a recriação e redescoberta desse patrimônio imaterial. Assim, defende-se os festivais como formas de recuperação e atualização da possibilidade de discursos de um patrimônio cultural diverso, evitando essas visões falseadas de um patrimônio cultural único e hegemônico, como alguns meios oficiais ainda reproduzem. Pois muito ainda falta a ser feito em prol dos povos tradicionais quando se trata de suas festividades.

Vemos assim as comemorações, como o **Encontro**, como lugares de memória e sobrevivências de ricos patrimônios culturais. No processo de existência das próprias culturas.

De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves:

As narrativas nacionais sobre patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas [...]. Esse interminável jogo entre desaparecimento e reconstrução é que move as narrativas nacionais sobre patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção (GONÇALVES, 2002, p. 28).

Gonçalves nos mostra que a partir desse discurso muitos bens são preservados e, na busca dessa reparação nos encontramos com nós mesmos, nossas culturas, nosso desejo de nos entendermos, e com a construção de nação que queremos. Quando pensamos em culturas indígenas e quilombolas falamos de povos que sofreram massacres. Ao longo do largo período de colonização portuguesa no Brasil estes foram escravizados, dizimados, forçados a entrarem em processos de aculturação. O que nos interessa aqui principalmente é pensar essas culturas no hoje. Na cultura que bravamente resistiu.

Ao refletir sobre patrimônios materiais é possível perceber que estes possuem diversos lugares de exposições. Museus, centros culturais, escolas, casas tombadas

e até mesmo cidades inteiras patrimônio da Humanidade como a Cidade de Goiás-GO. Mas e os patrimônios imateriais? Onde podemos ir de encontro aos mesmos? É neste momento que vemos a importância das comemorações como lugares de acesso aos patrimônios culturais imateriais, como facilitadores, fomentadores e atualizadores dessas culturas. De acordo com Regina Abreu:

Estimular estudos e pesquisas sobre a diversidade cultural no planeta, fomentar encontros entre indivíduos de culturas diferentes, ensinar às crianças o respeito à ideia de diferença cultural tornaram-se ideias correntes que culminaram, em 1947, com a criação da UNESCO [...]. Por meio do estudo, pesquisa, salvaguarda e difusão internacional das manifestações folclóricas de cada país, acreditava-se fazer frente ao fantasma do racismo e a suas consequências (ABREU, 2007, p. 272).

Nem sempre adentrar um aldeamento indígena ou comunidade quilombola é possível. Por isso discuto aqui o lugar do festival como uma estratégia pacífica de encontro de culturas. Nestes momentos laços, pactos, moções, projetos de intervenção e mudanças na realidade são criadas.

O **Encontro** não é apenas um lugar de memória, mas um lugar de memórias em ação na luta pelas minorias étnicas e empatia com os povos indígenas e quilombolas que sofrem constantemente invasão de suas terras por ruralistas, processos de cristianização, preconceito, racismo, isolamento e silenciamento. As comemorações são vistas aqui como arma de luta política e construção de uma nova ideia de sociedade que entenda e respeite a sua diversidade exercendo realmente uma democracia cidadã em consonância com os pareceres da UNESCO, já que o genocídio indígena e afrodescendente permanece acontecendo.

Referências

ABREU, R. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: Lima Filho, Manuel Ferreira; Eckert, Cornélia; Beltrão, Jane (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. v. 1, p. 263-287.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Os sentidos no espetáculo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 37-78, 2002.

CHUVA, Marcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.